



AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E
TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI PARA IMPLEMENTAÇÃO
DO PROJETO "IMPACTO AMBIENTAL PELOS SISTEMAS AGRÍCOLAS
DE TERRAS BAIXAS: O CASO DA BACIA DA LAGOA MIRIM"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Oriental do Uruguai
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

CONSIDERANDO:

Que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas e amparadas pelo Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, assinado em Brasília, em 12 de junho de 1975;

Que a cooperação técnica na área de conservação do meio ambiente e agricultura reveste-se de especial interesse para as Partes Contratantes, com base no mútuo benefício,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

1. O presente Ajuste Complementar visa à implementação do Projeto "Impacto Ambiental pelos Sistemas Agrícolas de Terras Baixas: O Caso da Bacia da Lagoa Mirim", doravante denominado "Projeto", cuja finalidade é contribuir para a redução do impacto ambiental dos sistemas de produção de terras baixas na bacia da lagoa Mirim.
2. O Projeto contemplará os objetivos, os resultados, as atividades a serem realizadas e o orçamento.
3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

ARTIGO II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:
 - a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar, e
 - b) a Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola (EMBRAPA) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.
2. O Governo da República Oriental do Uruguai designa:
 - a) a Diretoria Geral de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores e o Departamento de Cooperação Internacional da Oficina de Planejamento e Orçamento como instituições responsáveis pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar, e
 - b) o Instituto Nacional de Investigação Agropecuária (INIA) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

ARTIGO III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:
 - a) designar e enviar técnicos brasileiros para desenvolver na República Oriental do Uruguai as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto; e
 - b) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.
2. Cabe ao Governo da República Oriental do Uruguai:
 - a) designar técnicos uruguaios para receber treinamento;
 - b) disponibilizar instalações e infra-estrutura adequadas à execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;
 - c) prestar apoio aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro, mediante fornecimento de todas as informações necessárias à execução do Projeto;

- d) garantir a manutenção dos vencimentos e demais vantagens do cargo ou função dos técnicos uruguaios que estiverem envolvidos no Projeto;
- e) tomar as providências para que as ações desenvolvidas pelos técnicos enviados pelo Governo brasileiro sejam continuadas pelos técnicos da instituição executora uruguia; e
- f) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

ARTIGO IV

Os custos de implementação do presente Ajuste Complementar serão compartilhados por ambas as Partes Contratantes, com base nos detalhes do Projeto.

ARTIGO V

Na execução das atividades previstas no Projeto, objeto do presente Ajuste Complementar, as Partes Contratantes poderão dispor, i. a., de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais.

ARTIGO VI

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República Oriental do Uruguai.

ARTIGO VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por 2 (dois) anos, sendo renovado automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de qualquer das Partes Contratantes.

ARTIGO VIII

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados alcançados no Projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos elaborados e resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto a que se refere o presente Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes Contratantes. As versões oficiais dos documentos de trabalho serão elaboradas no idioma do país de origem do trabalho. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes Contratantes ser expressamente consultadas, notificadas e mencionadas no corpo do documento objeto da publicação.

ARTIGO IX

O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado mediante troca de Notas diplomáticas entre as Partes Contratantes e suas modificações entrarão em vigor na data que for mutuamente acordada.

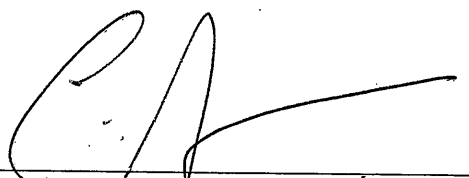
ARTIGO X

Qualquer uma das Partes Contratantes poderá notificar, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar. A denúncia somente surtirá efeito 3 (três) meses após o recebimento da respectiva notificação, cabendo às Partes Contratantes decidir sobre a continuidade ou não das atividades que estiverem em execução.

ARTIGO XI

Nas questões não previstas neste Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo de Cooperação Científica e Técnica firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, assinado em Brasília, em 12 de junho de 1975.

Feito em Montevideu, em 24 de novembro de 2006, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

CELSO AMORIM
Ministro das Relações Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
ORIENTAL DO URUGUAI

RENALDO GARGANO
Ministro de Relações Exteriores

ACUERDO COMPLEMENTARIO AL ACUERDO BÁSICO DE COOPERACIÓN CIENTÍFICA
Y TÉCNICA ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL
Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY PARA LA
IMPLEMENTACIÓN DEL PROYECTO "IMPACTO AMBIENTAL PRODUCIDO
POR LOS SISTEMAS AGRÍCOLAS DE TIERRAS BAJAS: EL CASO DE LA
CUENCA DE LA LAGUNA MERÍN"

El Gobierno de la República Federativa de Brasil

y

El Gobierno de la República Oriental del Uruguay
(en adelante denominadas "Partes Contratantes"),

CONSIDERANDO:

Que sus relaciones de cooperación han sido fortalecidas y amparadas por el Acuerdo Básico de Cooperación Científica y Técnica entre el Gobierno de la República Federativa de Brasil y el Gobierno de la República Oriental del Uruguay, firmado en Brasilia, el 12 de junio de 1975;

Que la cooperación técnica en el área de conservación del medio ambiente y de la agricultura reviste especial interés para las Partes Contratantes, en base al mutuo beneficio,

Acuerdan lo siguiente:

ARTÍCULO I

1. El presente Acuerdo Complementario tiene como objetivo la implementación del Proyecto "Impacto Ambiental producido por los Sistemas Agrícolas de tierras bajas: El caso de la Cuenca de la Laguna Merín", en adelante denominado "Proyecto", cuya finalidad es contribuir a la reducción del impacto ambiental producido por los sistemas de producción de tierras bajas en la Cuenca de la Laguna Merín.

2. El Proyecto comprenderá los objetivos, las actividades que serán realizadas, los resultados y el presupuesto.

3. El Proyecto será aprobado y firmado por las instituciones coordinadoras y ejecutoras.

ARTÍCULO II

1. El Gobierno de la República Federativa de Brasil designa:

- a) a la Agencia Brasileña de Cooperación del Ministerio de Relaciones Exteriores (ABC/MRE) como institución responsable de la coordinación, seguimiento y evaluación de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario, y
- b) a la Empresa Brasileña de Pesquisa Agropecuaria (EMBRAPA) como institución responsable de la ejecución de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario.

2. El Gobierno de la República Oriental del Uruguay designa:

- a) a la Dirección General de Cooperación Internacional del Ministerio de Relaciones Exteriores y al Departamento de Cooperación Internacional de la Oficina de Planeamiento y Presupuesto como instituciones responsables de la coordinación, seguimiento y evaluación de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario; y
- b) al Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria (INIA) como institución ejecutora de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario.

ARTÍCULO III

1. Corresponde al Gobierno de la República Federativa de Brasil:

- a) designar y enviar técnicos brasileños para desarrollar en Uruguay las actividades de cooperación técnica previstas en el Proyecto; y
- b) hacer el seguimiento y evaluación del desarrollo del Proyecto.

2. Corresponde al Gobierno de la República Oriental del Uruguay:

- a) designar técnicos uruguayos para recibir entrenamiento;
- b) poner a disposición las instalaciones e infraestructura adecuadas para la ejecución de las actividades de cooperación técnica previstas en el Proyecto;
- c) prestar apoyo a los técnicos enviados por el Gobierno brasileño, por medio de la provisión de todas las informaciones necesarias para la ejecución del Proyecto;
- d) garantizar el mantenimiento de las remuneraciones y demás beneficios del cargo o función de los técnicos uruguayos involucrados en el Proyecto;
- e) tomar providencias para que las acciones desarrolladas por los técnicos enviados por el Gobierno brasileño sean continuadas por los técnicos de la institución ejecutora uruguaya; y
- f) hacer el seguimiento y evaluación del desarrollo del Proyecto.

ARTÍCULO IV

Los costos de implementación del presente Acuerdo Complementario serán compartidos por ambas Partes Contratantes, en base a los detalles del Proyecto.

ARTÍCULO V

En la ejecución de las actividades previstas en el Proyecto objeto del presente Acuerdo Complementario, las Partes Contratantes podrán disponer, entre otros, de recursos de instituciones públicas y privadas, de organizaciones no gubernamentales, de organismos internacionales, de agencias de cooperación técnica, de fondos y de programas regionales e internacionales.

ARTÍCULO VI

Todas las actividades mencionadas en este Acuerdo Complementario estarán sujetas a las leyes y reglamentos vigentes en la República Federativa de Brasil y en la República Oriental del Uruguay.

ARTÍCULO VII

El presente Acuerdo Complementario entrará en vigor en la fecha de su firma y tendrá vigencia durante 2 (dos) años, renovables automáticamente, hasta el cumplimiento de su objetivo, excepto si una de las Partes Contratantes se manifestara en contrario.

ARTÍCULO VIII

1. Las instituciones ejecutoras mencionadas en el Artículo II elaborarán informes sobre los resultados alcanzados en el Proyecto desarrollado en el ámbito de este Acuerdo Complementario, los que serán presentados a las instituciones coordinadoras.

2. Los documentos elaborados y resultantes de las actividades desarrolladas en el contexto del Proyecto a que se refiere el presente Acuerdo Complementario serán de propiedad conjunta de las Partes Contratantes. Las versiones oficiales de los documentos de trabajo serán elaboradas en el idioma del país de origen del trabajo. En caso de publicación de los referidos documentos, las Partes Contratantes deberán ser expresamente consultadas, notificadas y mencionadas en el cuerpo del documento objeto de la publicación.

ARTÍCULO IX

El presente Acuerdo Complementario podrá ser modificado mediante intercambio de Notas Diplomáticas entre las Partes Contratantes y las modificaciones entrarán en vigencia en la fecha que sea mutuamente acordada.

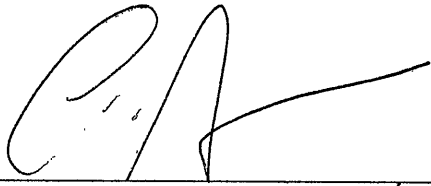
ARTÍCULO X

Cualquiera de las Partes Contratantes podrá notificar, por vía diplomática, su decisión de denunciar el presente Acuerdo Complementario. La denuncia solamente tendrá efecto tres meses después de la recepción de la respectiva notificación, siendo las Partes Contratantes responsables de decidir sobre la continuidad o no de las actividades que se encuentren en ejecución.

ARTÍCULO XI

Para las cuestiones no previstas en este Acuerdo Complementario, se aplicarán las disposiciones del Acuerdo de Cooperación Científica y Técnica entre el Gobierno de la República Federativa de Brasil y el Gobierno de la República Oriental del Uruguay, firmado en Brasilia, el 12 de junio de 1975.

Hecho en Montevideo, el 22 de noviembre de 2006, en dos ejemplares originales, en portugués y en español, siendo ambos textos igualmente válidos.



POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
FEDERATIVA DE BRASIL
CELSO AMORIM
Ministro de Relaciones Exteriores



POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA
ORIENTAL DEL URUGUAY
REINALDO GARGANO
Ministro de Relaciones Exteriores